

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL****REQUERIMENTO Nº           , de 2021  
(Da Senhora ALINE SLEUTJES)**

Requeiro a realização de audiência pública para discussão acerca da municipalização do Imposto Territorial Rural ("ITR").

**Senhor Presidente,**

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, após ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discussão acerca da municipalização do Imposto Territorial Rural ("ITR"). Sugiro a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Thales Falek – Coordenador do Grupo de Estudos da Tributação do Agronegócio;
2. Sr. José Barroso Tostes Neto - Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;
3. Representante - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
4. Gustavo Ribas Neto - Presidente do Sindicato Rural de Ponte Grossa
5. Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil

**Justificação**

A discussão acerca da municipalização do Imposto Territorial Rural ("ITR") ganhou contornos legais a partir da sua materialização consolidada pela Lei n. 11.250/2005. A União Federal, representada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ("RFB"), passou a celebrar convênios com o Distrito Federal e com os municípios que assim optassem, delegando as funções de fiscalização e cobrança do ITR, sem que isso configure renúncia da competência constitucional da União Federal.

A iniciativa de transferir a competência do ITR aos municípios parece ser uma das formas mais efetivas para que os índices de arrecadação desse imposto reflitam a sua importância na implementação de políticas públicas que favoreçam a cadeia agroindustrial brasileira.

No entanto, precisamos realizar ampla discussão dentro do Congresso Nacional para que a sociedade civil, tributaristas, representantes da RFB e demais agentes interessados na política tributária do ITR apresentem



estudos para neutralizar os problemas que esses convênios poderão gerar, como cobranças indevidas ou aumento excessivo da base de cálculo do tributo.

Diante da complexidade da matéria e necessidade de maiores debates, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento de audiência pública para discutir acerca da municipalização do Imposto Territorial Rural ("ITR").

Sala das Comissões, em                      maio de 2021.



**ALINE SLEUTJES**

Deputada Federal - PSL-PR

